

**UM ESTUDO SOBRE
FAMÍLIAS, ELITE E POLÍTICA:
A TRAJETÓRIA DOS IRMÃOS
MONTEIRO DE BARROS**

PEDRO DE ALMEIDA FREITAS SOARES*
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE,
NITERÓI, RIO DE JANEIRO, BRASIL

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo destacar a importância da família Monteiro de Barros e sua importância como uma família de elite no século XIX. Além disso, destacamos a trajetória política de dois personagens em específico, Romualdo José Monteiro de Barros, o barão de Paraopeba e Lucas Antônio Monteiro de Barros, o visconde de Congonhas do Campo. Inseridos em um contexto de domínio de famílias elitizadas, os Monteiro de Barros se encaixam nos moldes, como os casamentos, formação acadêmica e ocupação política e na burocracia estatal. Sendo assim, trazemos as principais pesquisas sobre elites no Brasil no contexto dos séculos XVIII e XIX, em uma tentativa de localizá-los em um conjunto maior. Nosso trabalho versará na discussão bibliográfica, contudo, algumas fontes serão evocadas quando necessárias para suporte, principalmente de cunho biográfico.

Palavras-chave: Monteiro de Barros; elite; família; Minas Gerais.

ABSTRACT

The present work aims to highlight the importance of the Monteiro de Barros family and its importance as an elite family in the nineteenth century. In addition, we highlight the political trajectory of two specific characters, Romualdo José Monteiro de Barros, the Baron of Paraopeba and Lucas Antônio Monteiro de Barros, the Viscount of Congonhas do Campo. Inserted in a context of domination of elitist families, the Monteiro de Barros fit into the moulds, such as marriages, academic training and political occupation and state bureaucracy. Therefore, we bring the main research on elites in Brazil in the context of the eighteenth and nineteenth centuries, to locate them in a larger set. Our work will deal with the bibliographic discussion; however, some sources will be evoked when necessary for support, especially of a biographical nature.

Keywords: Monteiro de Barros; elite; family; Minas Gerais.

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), graduado em História pela mesma Instituição, integro atualmente o Núcleo de Estudos em História Social da Política (NEHSP). Pesquisa a atuação da família Monteiro de Barros no âmbito político e jurídico do Império do Brasil. Email: psouares832@gmail.com

RESUMEN

El presente trabajo pretende resaltar la importancia de la familia Monteiro de Barros y su importancia como familia de élite en el siglo XIX. Además, destacamos la trayectoria política de dos personajes específicos, Romualdo José Monteiro de Barros, el barón de Paraopeba, y Lucas Antônio Monteiro de Barros, el vizconde de Congonhas do Campo. Insertados en un contexto dominado por familias de élite, los Monteiro de Barros encajan en moldes como los matrimonios, la formación académica y la ocupación política y la burocracia estatal. Por lo tanto, traemos las principales investigaciones sobre las élites en Brasil en el contexto de los siglos XVIII y XIX, en un intento de ubicarlas en un grupo mayor. Nuestro trabajo se centrará en la discusión bibliográfica, sin embargo, se evocarán algunas fuentes cuando sea necesario para apoyo, principalmente de carácter biográfico.

Palabras clave: Monteiro de Barros; elite; família; Minas Gerais.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, houve um crescimento considerável de pesquisas entorno de elites e famílias que estiveram à frente das principais decisões políticas do século XIX. Sendo assim, junto a esse rol, nossas pesquisas¹, trouxeram à luz a família Monteiro de Barros, com destacada importância no cenário político de Minas Gerais. Posto isso, nossa proposta é dividir este artigo em três seções. A primeira focará na discussão historiográfica sobre as elites, particularmente da elite mineira. A segunda fará uma breve apresentação da família Monteiro de Barros, localizando-a no emaranhado de investigações que existem sobre elites oitocentistas. A terceira versará sobre a trajetória de os irmãos Lucas Antônio Monteiro de Barros, o visconde de Congonhas do Campo, e Romualdo José Monteiro de Barros, o barão de Paraopeba.

O que trataremos neste artigo refere-se ao resultado obtido em nossa dissertação de mestrado e os pontos em abertos que ainda são necessários de investigação. Sendo assim, o que pretendemos é compilar alguns pontos importantes das discussões sobre elites e exemplos das mesmas que colaboraram para a organização política do Brasil nos anos finais do século XVIII e início do século XIX. No entanto, cabe trazer algumas novidades já desenvolvidas após o término da narrativa feita na dissertação. Principalmente quando focamos exclusivamente na trajetória do personagem Lucas Antônio Monteiro de Barros, o visconde de Congonhas do Campo.

¹ Para mais informações: SOARES, P. A. F. “*Senhores absolutos desta Província*”: a família Monteiro de Barros e suas redes de poder em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Dissertação de mestrado em História. UFJF, Juiz de Fora, 2022.

Assim, logo de início evocaremos os principais trabalhos da historiografia mais recente a respeito dos estudos de elites no Brasil. Aos poucos localizaremos os Monteiro de Barros e inserindo nossas pesquisas.

A HISTORIOGRAFIA DAS ELITES NOS OITOCENTOS

A temática das elites tem sido destacada na historiografia brasileira, e no caso das Minas Gerais, estudos têm ressaltado o desenvolvimento dos núcleos familiares relacionados com a exploração aurífera ou na agricultura de abastecimento². Nosso primeiro exemplo desse processo, conforme investigado por Marcos Ferreira de Andrade, foi a família Junqueira, originária da região de São Simão da Junqueira, em Portugal³. Instalados no Sul de Minas, na Comarca do Rio das Mortes, os Junqueira desenvolveram atividades agrícolas voltadas ao fornecimento de gêneros alimentícios para a Província. Posteriormente, esse fornecimento de alimentos se direcionou para a Corte no Rio de Janeiro em função do crescimento demográfico decorrente da transferência da Família Real Portuguesa⁴.

O nome principal da família, João Francisco, chegou em 1750 às terras mineiras, onde se instalou e, anos mais tarde, quando já possuía um pouco de prestígio na sociedade, casou-se com Elena Maria do Espírito Santo, descendente de uma rica e influente família de São João Del Rei. Esse matrimônio, que se constituiu numa das estratégias de ascensão social e política, característica muito comum na sociedade colonial brasileira, foi de grande importância para a família Junqueira. O exemplo disso fica a cargo da trajetória de Gabriel Francisco Junqueira, filho caçula de João Francisco, primeiro barão de Alfenas, grande proprietário de terras e de escravos⁵. Ele foi eleito três vezes deputado pela Província para a Assembleia Nacional. Esse destaque como político, conforme aponta Andrade⁶, está ligado a sua base familiar e ao grupo representativo de grandes proprietários voltados para o abastecimento interno.

Outro trabalho que ressalta a família e suas estratégias de ascensão num grupo de elite é o de Antônio Henrique Duarte Lacerda. Este autor, a partir da perspectiva de Michel Bertrand⁷,

2 LENHARO, A. *As tropas da moderação*. 2. ed. Coleção Biblioteca Carioca, v. 25. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, 1993; FRAGOSO, J. L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça Mercantil no Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Editora Arquivo Nacional, 1992.

3 Atual freguesia da Junqueira, no município de Vila do Conte no distrito do Porto.

4 ANDRADE, M. F. de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

5 No seu inventário de 1868, Gabriel Junqueira tinha 111 escravos e um monte-mor de 327:219\$100. Ver FERREIRA, *op. cit.*

6 ANDRADE, 2008.

7 BERTRAND, M. De la familia a la red de sociabilidad. *Revista Mexicana de Sociologia*, v. 61, n. 2, abr./jun. 1999.

investiga a família Ferreira Armonde, que em meados do século XVIII, se instalou também na Comarca do Rio das Mortes, mais especificamente em Barbacena⁸.

Oriundos de Portugal, da região de Açores, os Ferreira Armonde são correspondentes aos Junqueira pelas suas atividades econômicas, que também se relacionavam à produção de gêneros agrícolas para o abastecimento interno na Província de Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Para mais, os Armonde também foram traficantes de escravizados do comércio interno, financistas e mercadores, ou seja, promoveram uma diversificação nas atividades econômicas e financeiras da família⁹.

Lacerda também ressalta a participação de membros dessa família na política em Barbacena e na Província de Minas Gerais. Contudo, destacou a quarta geração, que recebeu projeção nacional atuando na Corte. Além disso, reforçou a importância da atuação dessa e de outras famílias, como Teixeira Leite, Carneiro Leão, Nogueira da Gama e Bustamante Nogueira, que possuíam laços de parentesco e sociabilidade entre as Províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo no processo de construção e consolidação do Estado brasileiro. Ou seja, para ele, havia uma rede muito consolidada que contribuiu para o processo maior.

Para além das Minas, estudos como os de Jonas Vargas, tendo como objetivo fazer uma história social dos charqueadores do Rio Grande do Sul, chamou atenção das famílias e as relações de parentesco com outros membros da elite, destacando a hierarquia que aquelas representavam diante da sociedade. Mesmo essas elites não sendo na região mais imediata de influência da Corte – ou seja, mais periféricas –, foi significativo para a construção e movimentação da economia regional ao longo do oitocentos¹⁰.

De maneira geral, o autor buscou examinar as famílias a partir do critério de riqueza, utilizando a documentação dos inventários *post mortem*. Mas à medida que a pesquisa caminhou foram encontradas outras semelhanças, como o uso do poder local na ocupação dos cargos políticos, além dos títulos de nobreza, por fim, constatou-se que esta foi a parcela que mais investiu na educação de seus filhos e netos. Vargas enfatiza um grupo de oito a dez famílias no topo da hierarquia social e com alto grau de parentesco. Para mais, salienta a consciência de elite adquirida pelas famílias em decorrência do dinheiro e do *status* acumulados, tendo em

8 LACERDA, A. H. D. *Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades – os Ferreira Armonde (1751-1850)*. São Paulo: Intermeios: Juiz de Fora: Funalfa, 2013.

9 *Ibidem*.

10 VARGAS, J. *Pelas margens do Atlântico: um estudo das elites locais e regionais na economia e política: charqueadores de Pelotas, RGS (século XIX)*. 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

consideração o planejamento de casamentos endogâmicos e exogâmicos com outras famílias importantes e, também, com estrangeiros.

Além disso, apresentou uma visão antagônica a respeito da economia brasileira do século XIX. Sustentado por inúmeros dados, o autor aponta para uma atividade econômica pujante nas terras gaúchas, sendo assim, evidencia o alto transporte de negros escravizados, que chegavam ao porto do Rio de Janeiro, com destino imediato ao Sul, pois aponta que essa seria a principal mão de obra para a produção de charque. Além disso, ele verifica uma transmissão econômica com o Rio, ou seja, este seria um principal entreposto comercial. Ademais, Vargas elucida para o surgimento das primeiras charqueadas do Rio Grande do Sul, que conseqüentemente, foram responsáveis para a formação da elite.

Tirando o foco de trabalhos localizados no Centro-Sul, encontramos a historiadora Luciana Marinho Batista que analisa as estratégias das famílias na região do Grão-Pará, sobretudo dos Rodrigues Martins. Nos anos finais do século XVIII, as reformas da monarquia portuguesa que ainda estavam em curso, levou o Brasil a sofrer com algumas conseqüências. E após a chegada Família Real portuguesa só contribuiu para acelerar tal processo. Um dos planos seria o maior controle da região da Amazônia, ou seja, onde se localizava a família em questão. Como bem ressaltou a autora, estamos falando de uma sociedade baseada nos preceitos do Antigo Regime e as reformas propostas por Pombal limitava o poder da elite local que a tempos já comandava aquela região e era avessa às mudanças. Sendo assim, novas famílias se beneficiaram do processo, uma delas, a família Rodrigues Martins¹¹.

Ao que tudo indica, a consolidação da família em análise pela autora, está relacionada com Mendonça Furtado. Sua chegada ao Pará e o poder adquirido ao longo do tempo contribuiu para a participação de alguns membros no Senado da Câmara de Belém, na defesa do território, nas atividades ligadas à população indígena e ao serviço militar. Além das relações de amizades e alianças sociais e, por fim, dos casamentos.

Dentre alguns personagens da família que se destacaram, talvez o mais expressivo seja João Marcelino Rodrigues Martins. Este foi inspetor do Tesouro Público Provincial, entre os anos de 1838 e 1848. Foi casado com Josefa Florêncio de Oliveira Pantoja, que fazia parte de uma das famílias mais ricas e antigas da região e com quem teve dois filhos, que também se casaram com mulheres da elite paraense. Portanto, novas famílias que se consolidaram graças

11 BATISTA, L. M. Os Rodrigues Martins: notas sobre trajetórias e estratégias de uma das famílias mais “distintas em qualidade de riqueza” no Grão-Pará (de meados do século XVIII a fins do XIX). In: FRAGOSO, J.; ALMEIDA, C. M. C.; SAMPAIO, A. C. J. (orgs.) *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos*. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

às reformas pombalinas com antigos potentados locais. Os filhos se envolveram na exploração e exportação da borracha, o que garantiu uma significativa fortuna. Além disso, seus descendentes tiveram negócios com o barão de Mauá, garantindo assim uma ligação com a Corte.

Como apresentado, todos os trabalhos aqui mencionados têm como ponto fundamental de discussão uma família ou um grupo de elite que possuíam domínio e influência em suas localidades. Corroborando com os trabalhos apresentados acima, em uma de suas pesquisas, Nuno Monteiro¹² ressaltou a importância dos cargos camarários para a organização social portuguesa, essa com traços fortes do Antigo Regime. Ressaltamos, que mesmo que estejamos tratando do Brasil, as colocações feitas pelo historiador auxiliam para entendermos a dinâmica social das elites brasileiras em finais do século XVIII e início do XIX.

Para ele, os cargos camarários eram condicionados à trajetória das famílias e à individual, não sendo uma vocação universal. Assim, o acesso à governança ajudava a configurar as elites sociais. Era das principais casas das províncias o serviço à monarquia, que garantiam uma forma de ascenderem em um estatuto nobiliárquico. No entanto, para isso, tal destaque poderia ser alcançado através da mobilidade social. Entre as vias estavam a acumulação de capital econômico pelo comércio de grosso trato, principalmente com as colônias. Já o capital social não era alcançado pelas instituições locais e sim dos grandes corpos centrais do reino, como a igreja, a universidade e a monarquia.

Toda essa lógica apresentada pelo autor foi quebrada com o advento da revolução liberal no século XIX. Em algumas localidades essa estrutura foi rompida, mas não foi a regra geral. No entanto, percebe que mesmo com o liberalismo e junto a sua implementação, alguns desses grupos conseguiram se manter e outros conseguiram se construir, algo que também é perceptível no Brasil, mesmo que este ainda estivesse em situação de colônia. Entretanto, quanto mais próximo da Independência, mais esse fenômeno se alargou. E mais alguns grupos conseguiram expandir seu poder no pós-independência com a constitucionalização da monarquia no Brasil.

Os trabalhos aqui apresentados trazem alguns pontos em comum que se fazem necessários ressaltar e, que de certa maneira, corroboram para a localização de nossa pesquisa no mar historiográfico. Dessa maneira, percebemos que entre os elos comuns das elites brasileiras está o casamento, ora exogâmico – fora do tronco familiar – ora endogâmico, o mais tradicional. Outro ponto diz respeito à participação na política local e regional e, em alguns casos, chegando à Corte.

12 MONTEIRO, N. G. *Poderes municipais e elites locais (séculos XVII-XIX)*: estado de uma questão. In: O Município no Mundo Português, Seminário Internacional. Região Autônoma da Madeira: Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1998. p. 79-89.

Somados, esses pontos iniciais garantiam a essas famílias ligações das mais variadas formas possíveis a diferentes famílias da elite, assim construindo uma enorme teia de sociabilidade e de negócios, esses ligados à agricultura, mineração ou pecuária. Também havia a preocupação em investir na educação dos filhos e das gerações seguintes para que um dia eles fossem ocupantes de cargos na administração política. Por fim, a procura por títulos ou honrarias que pudessem colocar esses homens da elite em outro patamar da sociedade, elevando-os de categoria e de distinção. Desse modo, tais características também estão presentes na família Monteiro de Barros. Portanto, acreditamos que a investigação mais detalhada dessa se torna interessante para encaixá-la nesse rol de estudos de famílias.

OS MONTEIRO DE BARROS

O início dessa extensa rede familiar origina-se em São Miguel das Marinhas e São Tiago de Carapeços no distrito de Braga na região norte de Portugal, onde nasceu o patriarca Manuel José Monteiro de Barros no ano de 1716¹³. Sabemos que veio a convite de um tio padre que residia em Congonhas do Campo, nada mais localizamos a respeito da vida pregressa ao Brasil do dito personagem.

Acreditamos que Manuel José se juntou aos muitos portugueses do norte que migraram à Colônia na expectativa de enriquecerem com a exploração dos metais preciosos, sobretudo o ouro. Carla Almeida evidenciou a crescente chegada de pessoas do Reino em busca de novas oportunidades, principalmente na capitania mineira, depois da notícia de descoberta de minas de ouro. Para mais, elucida que existiam elementos semelhantes entre essas pessoas: a maioria era composta de homens, naturais da região norte, vindos sozinhos, alguns com ligações parentais por aqui, ou não¹⁴.

Já em terras brasileiras, Manuel José conseguiu, em 1761, o controle de uma rica lavra de ouro em uma sesmaria em Galés de Cima¹⁵ na região de São João Del Rei e no mesmo ano foi nomeado Guarda-mor¹⁶. Em 16 de agosto de 1766 contraiu matrimônio com Margarida Eufrásia da Cunha Matos. O casamento com esta é de se destacar, pois, ela era filha do Guarda-mor de

13 BROTERO, F. B. *A família Monteiro de Barros*. São Paulo, 1951. SOARES, P. A. F. *Senhores absolutos desta província: a família Monteiro de Barros e suas redes de poder em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora: PPGH-UFJF, 2022.

14 ALMEIDA, C. M. C. Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: ALMEIDA, C. M. C.; OLIVEIRA, M. R. *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

15 BRASIL, Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais. SC-129. P. 121-V.

16 Na visão de Maria Fernanda Martins, “O simples fato desta personagem ter obtido o cargo de guarda-mor das minas indica que já deveria ter boas relações na região”. MARTINS, M. F. *Família, estratégia e redes de poder em Minas Gerais (sécs. XVIII-XIX)*. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 121-139, jan./jun. 2017. <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/802/787>

Vila Rica, Alexandre da Cunha Matos, e de Dona Antônia de Negreiros, que era filha de Antônio Carvalho de Tavares e Margarida Teresa de Negreiros, ou seja, ligada a uma importante família de negociantes, juízes e vereadores que se destacavam na Bahia desde o século XVII. Essa ligação matrimonial é emblemática ao passo que Manuel José passa a fazer parte de um notável tronco familiar que há tempos se destaca dentro de Minas Gerais e também em outros pontos da Colônia, como na Bahia. Assim, o matrimônio colaborou para que Manuel José conseguisse notoriedade perante da sociedade.

Juntos o casal teve nove filhos, sendo eles: Lucas Antônio Monteiro de Barros; João Gualberto Monteiro de Barros; Mateus Herculano Monteiro da Cunha Matos; Romualdo José Monteiro de Barros; José Joaquim Monteiro de Barros; Marcos Antônio Monteiro de Barros; Manuel José Monteiro de Barros; Maria do Carmo Monteiro de Barros; e, por fim, Ana, que, ao que tudo indica, morreu na infância. Todos esses filhos conseguiram desempenhar e se destacar na política e na administração do Império, seja no Império Português ou no Império do Brasil. Acreditamos que isso foi proporcionado graças à rede de poder, que aos poucos foram construindo, a fortuna acumulada e a boa educação garantida em Coimbra.

Ao analisar as elites de Minas Gerais, João Fragoso constatou o casamento como elemento fundamental para o desenvolvimento de redes clientelares. Sendo assim, foi a partir dos casamentos que a nobreza da terra se ligou a comerciantes, ministros e oficiais régios. Portanto, o auge da mineração colaborou para a formação dos potentados locais, bem como reforçou as teias parentais de fidalgos de vilas distantes. Essas seriam as novas famílias que ocupariam a hierarquia e modelariam uma nova nobreza da terra acima do local. Seu poder se espalhou pela Capitania. Essa nobreza compartilhou antigas práticas, como a posse de áreas minerais e o grande comércio, conferindo-lhe, assim, legitimidade social¹⁷. Este trecho faz-se necessário para compreendermos a trajetória da família Monteiro de Barros. Pois a família, da mesma maneira que outras, começou a se fortalecer através da exploração mineral, como já dito. Além disso, outra semelhança está relacionada à ligação que fazem com outras famílias, novas e antigas, da elite colonial e, mais tarde, da elite imperial.

Nosso foco aqui não é fazer uma discussão a respeito dos casamentos como algo necessário para ascensão social ou para a manutenção das elites. O objetivo é apresentar a família Monteiro de Barros, alguns de seus casamentos mais importantes, e claro, os casamentos dos personagens principais, Lucas Antônio Monteiro de Barros e Romualdo José Monteiro de Barros.

17 FRAGOSO, 1992.

Seguindo a lógica da primogenitura, destacamos Romualdo José Monteiro de Barros. Este nasceu na Freguesia de Congonhas do Campo, na Capitania de Minas Gerais. Casou-se com Felizarda Constância Leocadia da Fonseca, filha de José Veríssimo Fonseca e Ana Felizarda Joaquina de Oliveira. Não possuímos muitas informações sobre os sogros de Romualdo José. Sabemos apenas que José Veríssimo ocupou o cargo de escrivão da Ouvidoria de Vila Rica do Ouro Preto¹⁸. A união do casal garantiu o nascimento de 11 filhos. Romualdo José Monteiro de Barros faleceu no dia 16 de dezembro de 1855, em Minas Gerais. Entre os filhos estão: Francisco de Paula Monteiro de Barros, Miguel Eugênio Monteiro de Barros; João Batista Monteiro de Barros; Antônio José Monteiro de Barros; José Maria Monteiro de Barros; José Monteiro de Barros; Joaquim José Monteiro de Barros; Maria José Monteiro de Barros; Ana Felizarda Joaquina Monteiro de Barros; Francisca Monteiro de Barros, e Margarida Eufrásia Monteiro de Barros.

O segundo filho, Lucas Antônio Monteiro de Barros, nasceu também em Congonhas do Campo em 15 de outubro de 1767. Contraiu núpcias com a Maria Theresa Joaquina de Sauvan Monteiro de Barros, nascida em Marselha, na França, em 1775. O casamento de Lucas Antônio com Maria Theresa voltou a ligar a família Monteiro de Barros do Brasil com o ramo de Portugal, pois o pai da noiva, Manoel Monteiro de Barros era primo de seu sogro Manuel José Monteiro de Barros. Assim, ela era filha de Manoel Monteiro de Barros e Maria Joaquina de Sauvan, neta paterna de Manoel Monteiro de Barros e Maria Pereira de Barcelos e neta materna do engenheiro francês André de Sauvan D'Aramon e Tereza dos Anjos Lauzier.

Do casamento, nasceram oito filhos. Lucas Antônio e sua esposa faleceram na cidade do Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 1851, com 84 anos, e em 1833, com 58 anos, respectivamente. Deste casamento, ao todo, tiveram nove filhos: Antônio Augusto Monteiro de Barros; Inácio Gabriel Monteiro de Barros; Manuel Monteiro de Barros; Rodrigo Antônio Monteiro de Barros; Lucas Antônio Monteiro de Barros; Maria do Carmo Monteiro de Barros; Ana Helena Monteiro de Barros; José Maria Monteiro de Barros, e Gabriel Evaristo Monteiro de Barros. Alguns desses filhos foram responsáveis por alargarem o tronco familiar dos Monteiro de Barros, trazendo famílias importantes do Vale do Paraíba, tanto carioca quanto paulista. Veremos alguns casos.

A união do terceiro filho do casal fundador é sintomática, pois une os Monteiro de Barros à família Nogueira da Gama, esta com uma trajetória parecida ao dos Monteiro de Barros e que vão conseguir se projetar nacionalmente¹⁹. O terceiro filho de Manuel José e Margarida Eufrásia

18 BRASIL. Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Projeto Resgate Minas Gerais (1680-1832).

19 Para mais informações a respeito da família Nogueira da Gama olhar: MARTINS, M. F. V. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho do Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

foi Mateus Herculano Monteiro da Cunha Matos, nascido em Congonhas do Campo, assim como os irmãos mais velhos, em 1771. Casou-se, em 1803, com Maria Custódia Nogueira da Gama, que era irmã de Manuel Jacinto Nogueira da Gama, futuro marquês de Baependi²⁰, e tiveram quatro filhos.

Os três casamentos aqui já nos dão um panorama de como fora construída a rede de casamentos da família Monteiro de Barros. Essas ligações foram aprofundadas ainda mais nos matrimônios dos netos de Manuel José e Margarida Eufrásia. Famílias importantes com projeção nacional e com influência nos mais altos cargos da Corte fizeram parte desse tronco. Mesmo diante dessa situação, os casamentos endogâmicos dominaram o cenário. Ao todo são 56 netos que seguiram diversos caminhos em suas carreiras profissionais, contudo, a maioria vai desempenhar papéis importantes na carreira política e administrativa do Império. Muito em função do arcabouço construído por seus pais e avós. Claramente, os Monteiro de Barros souberam aproveitar das mudanças ocorridas nos anos iniciais dos oitocentos, porém noções mais tradicionais foram amplamente exploradas.

Diante disso, se faz necessário destacarmos alguns desses personagens da geração de netos. Como o número é muito alto, reduziremos a somente alguns filhos de Romualdo José e Lucas Antônio.

O primeiro que merece destaque, graças ao seu casamento, é João Baptista Monteiro de Barros. Era o terceiro filho de Romualdo e Felizarda, casado com sua prima Maria do Carmo Monteiro Nogueira da Gama, com quem teve quatro filhos. Formado em Matemática em Coimbra, ocupou-se de lecionar aulas de Geometria na cidade de Ouro Preto, além de pertencer ao Imperial Corpo de Engenheiros²¹. O personagem aqui destacado elucida a prática dos casamentos endogâmicos, já que contraiu matrimônio com a filha de seu tio Mateus Herculano Monteiro da Cunha Matos e Maria Custódia Nogueira da Gama. Ressaltamos, também, o sobrenome adotado por Maria do Carmo. Assim como seu pai, utilizou-se do nome de sua mãe, que pertencia à família Nogueira da Gama, como dito anteriormente. Outro que se casou com sua prima foi Antônio José da Fonseca Monteiro de Barros – com Ana Helena Sauvan Monteiro de Barros, filha de Lucas Antônio.

Miguel Eugênio Monteiro de Barros, nascido em Congonhas do Campo, foi casado com Maria Eugênia de Souza Breves, filha de Luiz de Souza Breves e Maria Pimenta de Almeida

20 Título concedido por decreto em 1826.

21 *O universal*, 15 set. 1830, p. 4.

Breves. Esse matrimônio resultou na incorporação da família Souza Breves ao tronco Monteiro de Barros, um núcleo forte de agricultores ligados ao café da região Sul do Rio de Janeiro²². Na família vários obtiveram título de nobreza, entre eles os barões de Pirai²³. Os Monteiro ainda voltarão a se ligar à família em outros casamentos. Para mais, três filhos de Romualdo José contraíram matrimônio com suas primas e um filho ordenou-se padre. Ainda assim, cabe falar do casamento de Maria José Monteiro de Barros com José Cesário de Miranda Ribeiro, em 25 de maio de 1836. Assim foi que a família Miranda Ribeiro, natural de Minas, ligou-se aos Monteiro de Barros. Além do mais, José Cesário foi um importante aliado político da família, desempenhando cargos-chave para a administração imperial, chegou a ocupar o cargo de Senador ao lado de membros da família Monteiro de Barros²⁴. José Cesário era filho de Teotônio Maurício de Miranda Ribeiro e Antônia Luísa de Negreiros Sayão Lobato, pertencente ao ramo da família Negreiros, da Bahia.

Margarida Monteiro de Barros foi a responsável por trazer a família Manso da Costa Reis para o clã. Era casada com Valeriano Manso da Costa Reis, natural de Vila Rica, filho do capitão Valeriano Manso da Costa Reis e Ana Ricarda Marcelina de Seixas. Valeriano também pertencia à família Negreiros, pois sua avó paterna, Clara Maria de Castro, era filha de Antônio Álvares de Castro e Joana Baptista de Negreiros. Assim, os Manso da Costa Reis também descendiam dos Negreiros e constituíram suas vidas na Província mineira. Por último, e não menos importante, Francisco de Paula Monteiro de Barros nasceu em Congonhas do Campo por volta de 1785 e casou-se com Ana Carlota de Miranda, com quem teve oito filhos. Faleceu em 14 de dezembro de 1862, em Portugal. O casamento de Francisco não trouxe muita novidade para os Monteiro de Barros. Foi apenas uma ligação a mais com uma família importante do Império, assim como seus irmãos²⁵. O fato de apresentarmos agora a figura de Francisco justifica-se por sua atuação no Judiciário mineiro e o seu envolvimento em vários conflitos. As informações dos filhos de Romualdo José ainda se restringem a essas apresentadas anteriormente, em decorrência da falta de informações dos personagens, principalmente quando compararmos aos dados dos descendentes de Lucas Antônio.

22 Para mais informações sobre os Souza Breves ler: PESSOA, T. C. *O império da escravidão: o complexo no vale do café* (c. 1850 - c. 1888). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

23 São eles: José Gonçalves de Moraes e Cecília Pimenta de Souza Breves.

24 Esses eram Lucas Antônio Monteiro de Barros e Marcos Antônio Monteiro de Barros.

25 SILVA, E. R. da. *Famílias mineiras*: Álvares Correa, Almeida; Drummond; Lara, Mendonça, Monteiro de Barros; Monteiro de Castro, Negreiros; Pinto de Góes e Lara; Rezende, Ribeiro; Ribeiro de Avelar, Sá e Castro. (n. d.)

O filho mais velho, Antônio Augusto Monteiro de Barros, nascido na ilha dos Açores em 1798, casou-se duas vezes. A primeira com Maria Constança da Graça Rangel e na segunda com Virgínia Amália Carneiro de Campos. A segunda esposa em questão pertencia ao ramo familiar tradicional da Bahia, os Carneiro de Campos. Essa era sobrinha do marquês de Caravelas²⁶, filha de Francisco Carneiro de Campos e Maria José Carolina Maia. Na primeira união, Antônio Augusto não deixou descendentes, por outro lado, na segunda foram quatro filhos²⁷. Sua carreira acadêmica e profissional é de sobressair. Começou graduando-se em Leis pela Universidade de Coimbra e, no seu ápice, foi senador do Império por Minas Gerais nomeado em 29/07/1838 pelo regente Pedro de Araújo Lima²⁸.

O segundo filho de Lucas Antônio, Ignácio Gabriel Monteiro de Barros²⁹ casou-se com Alda Romana de Oliveira Arruda. Esta era filha do capitão-mor Braz de Oliveira e Alda Maria Leme Nogueira, ricos cafeicultores da cidade de Bananal em São Paulo. Ou seja, este casamento possibilitou a ligação dos Monteiro de Barros à família Nogueira/Arruda³⁰. Apenas dois filhos resultaram desse enlace³¹. O terceiro filho, Manuel Monteiro de Barros³² contraiu núpcias com Maria da Piedade Barros e Vasconcelos filha de Felipe de Barros Vasconcelos chefe de esquadra. Além disso, seu sogro descendia de uma importante e distinta família da nobreza portuguesa. Com isso, gozava de um imenso prestígio social, o que pode justificar a imediata mudança de Manuel para perto de sua nova família, no Maranhão onde residiam³³. Juntos tiveram onze filhos³⁴.

Retornando às famílias paulistas, Rodrigo Antônio Monteiro de Barros³⁵ se ligou por casamento com Maria Marcolina do Prado, filha do capitão Eleutério da Silva Prado e Ana

26 José Joaquim Carneiro de Campos.

27 Lucas Augusto Monteiro de Barros; Maria da Conceição Monteiro de Barros; Maria Tereza Monteiro de Barros e Francisco Carneiro Monteiro de Barros.

28 Seus outros cargos foram: Juiz de Fora em Ouro Preto em 1822, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto em 1822, Ouvidor em Sabará em 1824 e 1825, Deputado por Minas Gerais entre 1826 e 1829, Desembargador em Pernambuco em 1827, Ouvidor no Rio de Janeiro em 1829, Intendente de polícia no Rio de Janeiro em 1830, Desembargador da relação na Bahia em 1830, Ministro adjunto do Conselho Supremo Militar em 1833, Deputado Geral por Minas Gerais entre os anos 1826 e 1829. BORTERO, 1951.

29 De seus títulos e honrarias: Moço Fidalgo da Casa Imperial; Comendador da Ordem de Cristo; Grande Dignatário da Ordem da Rosa. Sua carreira foi dedicada às armas onde reformou-se como Brigadeiro de Cavalaria.

30 SCHNOOR, E. C. *Na penumbra: o entrelace de família e negócios* (Vale do Paraíba, 1770-1840). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

31 Maria Elisa de Sauvan Monteiro de Barros e Braz Augusto Monteiro de Barros.

32 Nascido em Ouro Preto em 11/03/1806 e faleceu em 16/11/1872 no Rio de Janeiro. Sua formação foi garantida na Universidade de Coimbra, em primeiro lugar em Matemática e depois em Leis.

33 BROTERO, 1951.

34 Lucas Antônio Monteiro de Barros; Felipe de Vasconcelos Monteiro de Barros; Antônio Augusto Monteiro de Barros; Américo Monteiro de Barros; Manuel Monteiro de Barros; Maria Tereza Monteiro de Barros; Ana Rita Monteiro de Barros; Januária Monteiro de Barros; Luiz Francisco Monteiro de Barros; Filomena Monteiro de Barros; Virgínia Monteiro de Barros.

35 Nasceu em Congonhas do Campo em 1804 e faleceu em São Paulo no dia 29/02/1844. Formou-se em Leis em Coimbra. Foi Juiz de Fora em São Paulo em 1827; Juiz de Direito em 1833; Deputado Geral nas 2ª, 3ª e 4ª legislaturas. Teve como honrarias a de Comendador da Ordem de Cristo e Cavaleiro Fidalgo da Casa Imperial.

Vicência Rodrigues de Almeida. Portanto, a família Monteiro de Barros juntou-se com a poderosa família Silva Prado. Um fato curioso, é que apesar de possuírem uma enorme fortuna, os Silva Prado, não investiram nas carreiras acadêmicas de seus filhos. Dessa maneira, não possuíam representantes na política ou em outras instâncias, logo, coube a Rodrigo Antônio representá-los³⁶. Do casamento descenderam oito herdeiros³⁷, em sequência, Lucas Antônio Monteiro de Barros³⁸ tornou-se marido de Cecília Gonçalves de Moraes filha dos barões de Piraiá, José Gonçalves de Moraes e Cecília Pimenta de Almeida Frasão de Souza Breves. Vale ressaltar que o casamento foi com uma das maiores e mais importantes famílias do vale do Paraíba fluminense. Os Souza Breves foram responsáveis pelo maior complexo cafeeiro e escravista do Rio de Janeiro, um terço do café produzido no Brasil saía de suas fazendas³⁹. Sendo assim, a partir desse casamento, os Monteiro de Barros vão se juntar a esse poderoso grupo familiar, evento de importância singular para a família. Além desses, a ligação com os Gonçalves de Moraes contribui para a rede de influência do grupo. Por fim, Lucas Antônio e Cecília tiveram seis filhos⁴⁰.

Os próximos quatro filhos do visconde serão apresentados de maneira mais sucinta, pois são poucas informações que recolhemos a respeito deles. Maria do Carmo Monteiro de Barros nasceu em Ouro Preto no ano de 1805 e faleceu no Rio de Janeiro em 1875. Casou-se com Nicolau da Silva Lisboa com quem teve onze filhos⁴¹. Ana Helena Monteiro de Barros também nasceu em Ouro Preto em 1809 e casou-se com seu primo Antônio José da Fonseca Monteiro de Barros⁴². José Maria Monteiro de Barros nasceu em Salvador em 1789, ao longo de sua vida teve dois casamentos, o primeiro com Rosa Úrsula de Almeida Macedo com quem teve seis filhos⁴³ e o segundo com Adelaide Guilhermina da Rocha Frago⁴⁴. Ao que tudo indica, o último filho – Gabriel Evaristo Monteiro de Barros – não se casou, não se graduou ou mesmo teve filhos, o que nos sugere que ele não tenha chegado à idade adulta.

36 BROTERO, 1951.

37 Lucas Monteiro de Barros; Rodrigo Antônio Monteiro de Barros; Antônio Augusto Monteiro de Barros; Carlos Augusto Monteiro de Barros; Elisa Monteiro de Barros; Tereza Monteiro de Barros; Elói Monteiro de Barros; Inácio Gabriel Monteiro de Barros.

38 Nasceu no ano de 1812 e faleceu em Pinheiral em 1868. Dedicou a vida à agricultura e a seus negócios.

39 GRAHAM, R. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. PESSOA, T. C. *O império da escravidão: o complexo no vale do café* (c. 1850 - c. 1888). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

40 Inácio Monteiro de Barros; Maria Tereza Monteiro de Barros; Maria Eugênia Monteiro de Barros; Maria Rita Monteiro de Barros; Lucas Antônio Monteiro de Barros; Cecília Monteiro de Barros.

41 Maria Tereza da Silva Lisboa; José da Silva Lisboa; Lucas da Silva Lisboa; Maria Rita da Piedade da Silva Lisboa; Ana Isabel da Silva Lisboa; Mariana Raimunda da Silva Lisboa; Maria Luisa da Silva Lisboa; Maria do Carmo da Silva Lisboa; Antônio da Silva Lisboa; Bento Daniel da Silva Lisboa; Maria da Silva Lisboa.

42 Esse era filho de Romualdo José Monteiro de Barros, barão de Paraopeba.

43 Maria Tereza Monteiro de Barros; Lucas Antônio Monteiro de Barros (barão de Santa Alda); José Maria Monteiro de Barros; Benjamin Monteiro de Barros; Rosa Ursula Monteiro de Barros; Carlos Augusto Monteiro de Barros.

44 Dessa união apenas um filho foi gestado: José Cândido Monteiro de Barros.

Como percebemos, os netos de Manuel José fizeram as ligações dos Monteiro de Barros com famílias importantes da elite política econômica do Império. Ou seja, se casaram com membros da elite oitocentista. Portanto, os irmãos souberam aproveitar o prestígio que sua família já possuía para casar seus filhos com os melhores grupos do contexto social. Além disso, não exploramos muito a trajetória de cada filho, pois esse assunto fica para outro estudo, mas podemos adiantar que o visconde e o barão também tiveram o cuidado de investir na educação, para que depois, os mesmos tivessem sucesso na carreira política ou na justiça.

Reconhecemos a necessidade de explorarmos mais a fundo as ligações feitas pelos netos de Manuel José com outras famílias da elite. Aqui trouxemos só um pouco do que já tivemos acesso. Por fim, para fecharmos, os casamentos bem desenhados como esses eram fundamentais para a sobrevivência de uma família nos períodos imperiais. Pois, seria através da rede de poder e de apoio que foi construída as ligações que dariam sustentação para a existência uma das outras.

A TRAJETÓRIA DOS IRMÃOS ROMUALDO JOSÉ E LUCAS ANTÔNIO

A partir da apresentação geral da família Monteiro de Barros, focalizada nos primeiros casamentos dos filhos e netos do casal fundador, iremos a partir de agora, destinar nossa pesquisa aos dois personagens selecionados para este artigo, Romualdo José Monteiro de Barros e Lucas Antônio Monteiro de Barros. Seus nascimentos e o ano de suas mortes, quando obtidas, já foram referenciadas acima, bem como seus casamentos. Sendo assim, mergulharemos na trajetória política e profissional.

Antes de nos aprofundarmos nos personagens, é necessário estabelecermos quais trabalhos existem que também tocam em tal temática. Bruno Fabris Estefanes abordou a política imperial através da atuação do marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, principalmente por seu papel no gabinete da Conciliação. Esse político esteve em toda sua trajetória no Partido Conservador, chegou ao seu ápice como presidente do Ministério da Conciliação. Para mais, o autor fez uma análise de alguns acontecimentos, como a formação do Regresso Conservador, as revoltas de 1842, e Rebelião Praieira, entre outros. Em outro trabalho, Estefanes voltou seu olhar para as transformações nos debates partidários e para o funcionamento do sistema representativo brasileiro⁴⁵.

45 ESTEFANES, B. F. *Conciliar o Império*: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. ESTEFANES, B. F. *A muralha de bronze*: a formação da liga progressista no Império do Brasil. Representação, soberania e rearticulação partidária, 1857-1862. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Paulo Henrique Fontes Cadena direcionou sua investigação para a atuação de Pedro de Araújo Lima, o marquês de Olinda. Coloca sua tese como uma biografia do marquês, com o intuito de perceber as relações familiares e de negócios, para entender como surgiu sua vida pública. A primeira aparição foi nas Cortes de Lisboa e, em consequência, conseguiu transitar entre os políticos até consolidar-se na Corte brasileira. Manteve vínculos com traficantes de escravos, fazendeiros, bacharéis brasileiros, portugueses, alunos de Coimbra. O que o levou ao posto de Regente em 1837. Arrisco afirmar que, Araújo Lima ficou conhecido como “Vice-Rei” e chegou a ostentar o fato de ser o segundo homem mais importante do Império do Brasil, atrás somente de D. Pedro II⁴⁶.

Nessa linha de raciocínio, Rafael Cupello Peixoto promoveu em seu trabalho a investigação da trajetória do marquês de Barbacena Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta. Este foi um importante político brasileiro ao longo do Império. De início, o autor mapeia e debate, a respeito das múltiplas biografias que existem sobre o marquês, observando suas expressividades e destacando-as. Adiante, focaliza na trajetória privada de Felisberto Caldeira Brant. Assim, percebeu a união de várias famílias, seja por casamento ou não, que pertenciam ao cenário elitista de Minas Gerais e da Corte. Por fim, dedica-se a atuação de marquês na política do Império, observando os cargos que ocupou, formação, relações políticas e sociais com outros membros de altos cargos. Encerra a discussão sobre o personagem na participação do debate parlamentar do fim do tráfico negreiro⁴⁷.

Diante dessa breve apresentação, o que queremos destacar é que nosso objetivo geral é dedicar à trajetória do visconde de Congonhas do Campo e do barão de Paraopeba. Sendo assim, as discussões anteriores colocam-se como necessárias para que nosso leitor entenda onde insere-se tal proposta. Em primeiros passos, julgamos que o trabalho desenvolvido por Rafael Peixoto mais nos certifica. Para mais, ressaltamos que, o que apresentaremos mais à frente é a mesclagem dos resultados já obtidos em nossa dissertação de mestrado com outros trabalhos que ainda estão em andamento.

Romualdo José Monteiro de Barros foi capitão de Ordenanças⁴⁸ em Congonhas do Campo em 1799 e governador provisório de Minas Gerais em 1824. Contudo, chegou a ocupar um cargo na Junta de Governo Provisória em 1822. Tal fato, segundo Maria Fernanda Martins, pode ter

46 CADENA, P. H. F. *O Vice-rei: Pedro de Araújo Lima e a governança do Brasil no século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

47 PEIXOTO, R. C. *O Marquês de Barbacena: política e sociedade no Brasil imperial (1796-1841)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

48 Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/157-companhia-dasordenancas>

contribuído para que os caminhos na política fossem abertos para as próximas gerações. Foi eleito para o Conselho Geral da Província na primeira e segunda legislaturas, bem como participou do Conselho de Governo entre 1825-1829 e de 1830-1833. Por fim, sua trajetória política terminou como vice-presidente da Província de Minas Gerais durante o ano de 1850⁴⁹.

Diferentemente de outros irmãos, Romualdo José Monteiro de Barros não foi à Coimbra se graduar, ao que tudo indica ficou pelas terras mineiras preocupado em aumentar seu patrimônio. No entanto, não deixou de lado a prática na geração dos seus filhos⁵⁰. Ainda sobre a vida de Romualdo José, destacamos que ele fez fortuna ao fundar a primeira fábrica de barras de ferro em Congonhas do Campo, junto com seus irmãos. Além da extração da lavra de minério, conquistou várias fazendas, dez léguas da margem direita do rio Paraopeba, região que compreendia as localidades de Congonhas do Campo, Queluz e Belo Vale. Para mais, era dono de pequenas propriedades em São Sebastião do Feijão Cru e Carmo de Fructal⁵¹ e oito fazendas em São Gonçalo do Sapucaí. Assim como Romualdo José, todos os irmãos tinham extensos latifúndios para além da exploração mineral. Ao falecer, os bens deixados por Romualdo José somavam 280 contos de réis⁵².

A carreira profissional de Lucas Antônio tem um tom um pouco diferente do irmão mais velho. Assim, o início de tudo começa na Universidade de Coimbra, quando o visconde frequentou os bancos da universidade entre os anos de 1782 e 1787 concluindo os cursos de Leis e Matemática⁵³. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves acredita que a Universidade de Coimbra foi um elemento chave de unificação e formação da elite política brasileira, que foi responsável pelo processo de Independência em 1822⁵⁴. De encontro a essa visão temos José Murilo de Carvalho que ressalta para o contato dos estudantes com o iluminismo português e não o francês que, de certo modo, tratava do processo de maneira menos radical, o que colaborou para algo mais equilibrado⁵⁵. Ainda, ambos os autores percebem semelhanças no perfil dos alunos brasileiros na instituição. Em sua maioria, provenientes de famílias abastadas, fundamentalmente de proprietários de terras e negociantes. Não fugindo a regra, os Monteiro de Barros se encaixam

49 BROTERO, 1951; MARTINS, 2007.

50 Para exemplo, temos: Francisco de Paula Monteiro de Barros e Antônio José Monteiro de Barros. PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/B/002246. PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/B/002137

51 Atuais municípios de Leopoldina e Frutal em Minas Gerais.

52 GENOVEZ, Patrícia Falco. *O espelho da Monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

53 PORTUGAL. Arquivo da Universidade de Coimbra. PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/B/002368.

54 NEVES, L. M. B. P. *Corcundas constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

55 CARVALHO, J. M. de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro de sombras: a política imperial. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

nesse perfil. Por fim, além de Lucas Antônio, outros filhos de Manuel José Monteiro de Barros obtiveram diploma pela instituição⁵⁶. Após finalizar seus estudos em Coimbra, Lucas Antônio não voltou de início ao Brasil, por lá se manteve e ainda foi nomeado juiz de Fora dos Açores⁵⁷.

De volta ao Brasil, ocupou muitos cargos ao longo de sua trajetória. São eles o de ouvidor em Ouro Preto em 1801 e depois em 1809, desembargador de Relação e do Paço na Bahia em 1821, deputado por Minas Gerais nas Cortes Portuguesas, deputado na Assembleia Constituinte, primeiro Presidente de Província de São Paulo entre os anos de 1824 e 1827, ministro do Supremo Tribunal de Justiça de 1828 até 1842, Presidente do Tribunal de Justiça entre 1832 e 1842 e, por fim, senador do Império por São Paulo de 1826 até sua morte⁵⁸. Como podemos ver, o visconde vai mesclar duas instâncias, a jurídica e a política, ou seja, atuando em dois poderes, o legislativo e o judiciário, esse que se sobressai mais. Acreditamos que o auge de sua carreira tenha sido como senador do Império e ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Como ainda esta pesquisa encontra-se em fases preliminares, não conseguimos aprofundar, por hora, a desenvoltura do visconde.

Por falar em visconde, vamos aos títulos e honrarias adquirida por ele. Camila Borges da Silva evidencia sobre a função social das ordens honoríficas no Brasil Imperial. Sendo assim, atesta que as mesmas tiveram papel fundamental para ajudar na consolidação do Estado que se arquitetava no início do século XIX. Assim, tal ato foi significativo, sobretudo no Primeiro Reinado. Com isso, as ordens nobilitavam quem as recebia, legitimando, assim, o destaque na sociedade imperial. Parte significativa da elite constava com essa distinção, reafirmando a ligação entre ela e o Estado.

Em outra vertente, Marina Garcia de Oliveira sobre os títulos de nobreza no Brasil, afirma que foi utilizado por Dom Pedro como principal moeda de troca na política para angariar poder e apoio para implementar seus planos de construção do Estado Nacional. Dessa maneira, os primeiros a receberem títulos do Imperador, em 1822, foram os principais personagens que o ajudaram no processo de Independência. Esse mecanismo garantiu o surgimento de uma nobreza ligada aos serviços prestados à Coroa e não por laços consanguíneos. Assim, a autora constata que a esmagadora maioria de homens que foram agraciados estavam diretamente ligados à política.

56 João Gualberto Monteiro de Barros – Leis e Matemática; Mateus Herculano Monteiro da Cunha Matos – Leis e Matemática; Marcos Antônio Monteiro de Barros – Leis e Cânones.

57 MARTINS, 2007. p. 197.

58 FERNANDES, R. S. *As províncias do Império e o “governo por conselhos”*: o conselho de governo e o conselho geral de Minas Gerais (1825-1834). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018; RODARTE, C. *Partidos políticos, poderes constitucionais e representação regional na 1ª Legislatura da Assembleia Geral do Império do Brasil: Minas Gerais (1826-1829)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011; MARTINS, 2007.

Para mais, Oliveira leva em consideração uma característica importante em relação aos títulos ofertados. O baronato esteve ligado a diversos setores da população, sobretudo fazendeiros, enquanto visconde, com honras de grandeza ou sem, ficava reservado aos políticos ligados aos gabinetes ministeriais ou serviu para elevar outros titulados. Por outro lado, conde e marquês, os mais altos, ficaram a cargo de figuras importantes e de destaque político, levando em consideração seus feitos para o Império, mas sem desprezar as ligações políticas. No caso do marquês, a concessão passava por uma minuciosa escolha⁵⁹. Claro que esta regra não foi a única que existiu, pois como salientou a autora, os modelos de concessão mudavam de acordo com o contexto político e as exigências impostas por eles.

Roberta Stumpf aponta que a concessão de mercês e ordens honoríficas foi fator determinante para a consolidação das hierarquias sociais na América Portuguesa e a formação de uma nobreza que seria reconhecida posteriormente. Sendo assim, foi ainda no período colonial que se teria gestado o embrião que culminaria no estabelecimento da nobreza brasileira e na distribuição de títulos no Império.

O primeiro ponto defendido pela historiadora sugere que a elite que se forjava não era uma réplica fiel da presente na Europa. Esses homens acrescentavam ao seu poder econômico a participação efetiva na sociedade através das Santas Casas de Misericórdias, das Câmaras e, também, das irmandades religiosas, proporcionando e estabelecendo suas redes de poder. Nas irmandades, ainda havia algo mais significativo, ao passo que, participando assiduamente, representava para a sociedade sua posição como homem bom e, sobretudo, um ótimo cristão⁶⁰.

Mais uma vez, os irmãos Monteiro de Barros não fogem à regra. Foi conferido a Romualdo José o postulado de Cavaleiro da Ordem de Cristo⁶¹ e também o título de barão de Paraopeba, em 2 de dezembro de 1854, logo após o período da Conciliação. Recebeu a distinção devido aos serviços prestados à Minas Gerais e à Coroa desde o Governo Provisório em 1822 até chegar ao ápice de sua carreira, como presidente de Província de Minas por cerca de um mês, em junho de 1850⁶². O caso de Romualdo José corrobora a argumentação de Mariana Oliveira de que o baronato ficou ligado a diversos setores da sociedade e de fazendeiros. Da mesma maneira o de visconde de Lucas Antônio endossa a pesquisa como veremos adiante.

59 OLIVEIRA, M. G. de. *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o período joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

60 STUMPF, R. G. Nobrezas na América portuguesa: notas sobre as estratégias de enobrecimento na capitania de Minas Gerais. *Almanack*. Guarulhos, n. 1, p. 119-136. 2011.

61 BRASIL, Biblioteca Nacional. Documentos biográficos. C-0954, 047 n. 002.

62 Barão por Decreto Imperial de 02/12/1854.

Lucas Antônio foi agraciado com o posto de Fidalgo Cavalheiro da Casa Imperial, Comendador da Ordem de Cristo, Oficial da Ordem do Cruzeiro e, por fim, de Cavalheiro da Ordem da Rosa⁶³. Em relação a títulos de nobreza, Lucas Antônio fez parte do seleto grupo de elite que colaboraram para fortalecimento do Estado que o Imperador premiou, pois seu título coincide com o nascimento do Império e com a nomeação da primeira legislatura do senado. Portanto, foi feito primeiro barão de Congonhas do Campo e em 1826 elevado ao *status* de visconde, contudo sem honras de grandeza. Somente em 1841 que Sua Majestade daria as honras de grandeza ao título de visconde⁶⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando nossa discussão, alguns pontos precisam ser ressaltados. Como demonstramos, a família Monteiro de Barros não apresentou singularidade em relação às famílias elitizadas do século XIX. Muito pelo contrário, há muita similaridade entre as trajetórias dos Monteiro de Barros com outros grupos. Todo caminho para ascensão e destaque perante a sociedade foi percorrido por eles. Casamentos exogâmicos na primeira geração e uma mesclagem de endogâmicos com exogâmicos na segunda. O investimento de Manuel José Monteiro de Barros na educação de seus filhos enviando-os para Coimbra. E, por fim, a busca por honrarias e títulos. Se existiu alguma receita de como se tornar uma família da elite, os Monteiro de Barros seguiram-na à risca.

O caso dos irmãos Romualdo José e Lucas Antônio trazidos aqui é exemplificador de trajetórias distintas com pequenas partes semelhantes. No entanto, são sintomáticas da construção de elite que foi feita ao longo do século XIX. Pontos a respeito da trajetória de ambos estão em abertos, sendo necessário aprofundamento. O caso de Romualdo José nos dá um indício que não teve uma vida voltada ou dedicada à vida pública com o irmão, contudo desenvolve um caminho interessante no ramo dos negócios e na preparação da vida de seus filhos para caminharem para a política.

Por outro lado, o visconde de Congonhas do Campo se destacou diante dos demais por sua considerável trajetória, que demonstrou, até o momento, que não passou despercebido pelos tempos do Império. O que observamos até agora, é que, o que foi construído pelo visconde, também está inserido em coisas comuns da elite brasileira. Como a sua passagem por Coimbra e o retorno para os cargos políticos e da magistratura da colônia e do recém-nascido Império.

63 BRASIL, Biblioteca Nacional. Documentos biográficos. C-1029,17.

64 Barão por Decreto Imperial de 12/10/1825 e visconde por Decreto Imperial de 12/10/1826.

O que queremos deixar claro, é que estamos falando de dois personagens da elite brasileira oitocentista e de uma família de elite, que como já demonstramos, cumpriu os requisitos para isso. Sendo assim, é necessário estudá-los e trazer à luz da historiografia.

REFERÊNCIAS

Fontes

BRASIL, Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais. SC-129. p. 121-V.

BRASIL. Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Projeto Resgate Minas Gerais (1680-1832).

PORTUGAL. Arquivo da Universidade de Coimbra. PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/B/002368.

PORTUGAL Arquivo da Universidade de Coimbra. PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/B/002246.

PORTUGAL. Arquivo da Universidade de Coimbra. PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/B/002137

BRASIL, Biblioteca Nacional. Documentos biográficos. C-1029,17.

BRASIL, Biblioteca Nacional. Documentos biográficos. C-0954, 047 n. 002.

Obras Gerais

ANDRADE, M. F. de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ALMEIDA, C. M. C. Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: ALMEIDA, C. M. C.; OLIVEIRA, M. R. *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

BATISTA, L. M. Os Rodrigues Martins: notas sobre trajetórias e estratégias de uma das famílias mais “distintas em qualidade de riqueza” no Grão-Pará (de meados do século XVIII a fins do XIX). In: FRAGOSO, J.; ALMEIDA, C. M. C.; SAMPAIO, A. C. J. (orgs.) *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BERTRAND, M. De la familia a la red de sociabilidad. *Revista Mexicana de Sociologia*, v. 61, n. 2, abr./jun. 1999.

BROTERO, F. B. *A família Monteiro de Barros*. São Paulo, 1951.

CADENA, P. H. F. *O Vice-rei: Pedro de Araújo Lima e a governança do Brasil no século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

CARVALHO, J. M. de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*, 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

ESTEFANES, B. F. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ESTEFANES, B. F.; FABRIS, B. *A muralha de bronze: a formação da liga progressista no Império do Brasil. Representação, soberania e rearticulação partidária, 1857-1862*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FERNANDES, R. S. *As províncias do Império e o “governo por conselhos”*: o conselho de governo e o conselho geral de Minas Gerais (1825-1834). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

FRAGOSO, J. L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça Mercantil no Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Editora Arquivo Nacional, 1992.

GENOVEZ, P. F. *O espelho da monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

GRAHAM, R. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LACERDA, A. H. D. *Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades – os Ferreira Armonde (1751-1850)*. São Paulo: Intermeios; Juiz de Fora: Funalfa, 2013.

LENHARO, A. *As tropas da moderação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, 1993.

MARTINS, M. F. V. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho do Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARTINS, M. F. V. Família, estratégia e redes de poder em Minas Gerais (sécs. XVIII-XIX). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 121-139, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/802/787>

MONTEIRO, N. G. Poderes municipais e elites locais (séculos XVII-XIX): estado de uma questão. *O Município no Mundo português, Seminário Internacional*. Região Autônoma da Madeira: Centro de Estados de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1998. p. 79-89.

NEVES, L. M. B. P. das. *Corcundas constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

- OLIVEIRA, M. G. de. *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o período joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- PEIXOTO, R. C. *O Marquês de Barbacena: política e sociedade no Brasil imperial (1796-1841)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.
- PESSOA, T. C. *O império da escravidão: o complexo no vale do café (c. 1850 - c. 1888)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.
- RODARTE, C. *Partidos políticos, poderes constitucionais e representação regional na 1ª Legislatura da Assembleia Geral do Império do Brasil: Minas Gerais (1826-1829)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- SCHNOOR, E. C. *Na penumbra: o entrelace de família e negócios (Vale do Paraíba, 1770-1840)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- SILVA, E. R. da. *Famílias mineiras: Álvares Correa, Almeida; Drummond; Lara, Mendonça, Monteiro de Barros; Monteiro de Castro, Negreiros; Pinto de Góes e Lara; Rezende, Ribeiro; Ribeiro de Avelar, Sá e Castro. (s. l.): (n. d.)*.
- SOARES, P. A. F. “*Senhores absolutos desta província*”: a família Monteiro de Barros e suas redes de poder em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.
- STUMPF, R. G. Nobrezas na América portuguesa: notas sobre as estratégias de enobrecimento na capitania de Minas Gerais. *Almanack*, Guarulhos, n. 1, p. 119-136, 2011.
- VARGAS, J. *Pelas margens do Atlântico: um estudo das elites locais e regionais na economia e política: charqueadores de Pelotas, RS (século XIX)*. 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade FedeWral do Rio de Janeiro, 2013.

Recebido em: 28/06/2023 - Aprovado em: 22/02/2024